

## **OS DIREITOS DAS PESSOAS INTERSEXO E O ENSINO MÉDICO NO BRASIL: UM PANORAMA ALÉM DO BINARISMO DE GÊNERO**

*Eixo Temático Violências Contra Pessoas LGBTI+: Reflexões a partir da Pesquisa, da  
Prática Profissional e do Ativismo*

Yasmin de França <sup>1</sup>

Thaíse Soares Deponti <sup>2</sup>

Ana Carolina Rocha Santos <sup>3</sup>

Matheus Delapieve Bacchi <sup>4</sup>

Amanda de Almeida Schiavon <sup>5</sup>

### **Resumo**

O presente relato provém da experiência de acadêmicos do curso de medicina frente a ausência de discussões a respeito dos direitos e vivências de indivíduos intersexo e seus reflexos para esta comunidade. A definição de pessoa intersexo somente chegou ao conhecimento dos alunos através da realização da disciplina optativa de Bioética, coordenada por um docente que trabalha com o tema, mas que não faz parte da comunidade médica. O estudo da literatura e o contato com pesquisadores da área foram poderosos mecanismos de mudança de paradigma, que desencadearam a necessidade de debater a fundo o tema e o interesse de demonstrar à comunidade acadêmica a importância de uma abordagem interdisciplinar das necessidades e dos direitos das pessoas intersexo no ensino de medicina do Brasil.

**Palavras-chave:** Pessoas Intersexo, Medicina, Ensino, Bioética.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de medicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) - BR, yasmin.franca@ufcspa.edu.br;

<sup>2</sup> Graduando do Curso de medicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) - BR, thaíse.deponti@ufcspa.edu.br;

<sup>3</sup> Graduando do Curso de medicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) - BR, ana.rocha@ufcspa.edu.br;

<sup>4</sup> Graduando do Curso de medicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) - BR, matheus.bacchi@ufcspa.edu.br;

<sup>5</sup> Doutoranda em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - BR, amandaschiavon@yahoo.com.br.

Definições não binárias de corpo sexuado, diferentes do feminino ou masculino, ainda causam incômodo para certas pessoas e, nesse contexto, a abordagem da intersexualidade no ensino médico é um exemplo disso. Pessoas intersexo se definem como possuidoras de características sexuais próprias que fogem de padrões definidos pela sociedade, a exemplo de preceitos existentes como de que meninas precisam usar roupas de cor rosa e meninos de cor azul. E, justamente com a existência desses preceitos, temos na área médica a normalização da intersexualidade como uma anomalia que tem urgência de ser corrigida por procedimentos cirúrgicos na infância. Nesse contexto, nosso grupo composto por quatro alunos de diferentes semestres do curso de medicina de uma universidade pública do sul do país, teve o privilégio de experienciar essa temática em uma disciplina não obrigatória, Bioética. Durante esse período, através de aulas e debates a respeito da intersexualidade, surgiu o questionamento do porquê o meio biomédico ainda traz a necessidade de cirurgias para crianças intersexo como algo obrigatório, o que pode ser compreendido também como um ato de violência a estes indivíduos. A partir dessa reflexão, passamos a integrar um grupo de pesquisa intitulado “Intersexualidades e reconhecimento de sujeitos de direito: uma abordagem interdisciplinar” da universidade, que aborda os direitos das pessoas intersexo, e assim, tivemos contato com profissionais de áreas como a psicologia, o direito, a antropologia, a linguística, a medicina e com ativistas para nos aprofundarmos na temática e também dar visibilidade e agir em defesa dos direitos das pessoas intersexo.

Para a medicina, a resolução 1664/2003, do Conselho Federal de Medicina, considera a intersexualidade uma anomalia de diferenciação sexual que tem urgência de ser corrigida por procedimentos cirúrgicos, apesar de reivindicações atuais que alegam que a grande maioria destes procedimentos tem finalidade apenas cosmética, não sendo necessários para manter a funcionalidade dos corpos (MACHADO, 2005). Com isso, mesmo que no curso de medicina a temática da intersexualidade faça parte de algumas disciplinas presentes na grade curricular, há carências de debates sobre as intervenções precoces, que não consideram o princípio da autonomia do paciente, quando não há risco de vida à criança. Nesse sentido, ao participarmos dos debates e discussões promovidos pela disciplina optativa de Bioética, seguido de nossa participação em grupo de pesquisa relacionado à temática, percebemos que em nosso meio acadêmico há um espaço não ocupado por discussões sociais relativas aos direitos de pessoas intersexo. Essa lacuna compromete a formação de uma prática médica

---

<sup>6</sup> Um agradecimento a todos os membros da equipe de pesquisa, em especial ao professor Paulo Gilberto Cogo Leivas e Aline Aver Vanin, que contribuíram para o sucesso deste relato de experiência.

humanizada, além de comprometer o conhecimento a respeito dos direitos de pessoas intersexo submetidas a um atendimento em saúde. Por isso, como futuros médicos acreditamos que a falta de discussões sobre esse assunto reflete a permanência de um modelo de ensino biomédico que precisa ser repensado através da visibilidade do tema à comunidade acadêmica. Quanto mais alunos de medicina forem expostos a reflexão a respeito das dificuldades e incoerências que pessoas intersexo passam, mais alunos poderão ter o mesmo questionamento que tivemos. E, a partir disso, podemos construir um futuro em que médicos proporcionem às pessoas, no momento que possuírem idade para isso, o direito de escolher por querer ou não ter características sexuais definidas por uma cirurgia.

### **Metodologia**

Ao escolher participar de uma disciplina como Bioética, este grupo de estudantes de medicina, que desde o primeiro período de faculdade aprendeu a exaltar áreas clínica e cirúrgicas, nunca imaginou entrar em uma luta contra os métodos aplicados e apresentados como verdades absolutas. Tudo se iniciou a partir de discussões em um projeto chamado “júri simulado”, no qual fomos separados em diferentes grupos, que defendiam ou não a realização de procedimentos cirúrgicos em crianças intersexo. Dessa forma, apesar de ainda conhecer pouco sobre o assunto, o sentimento de injustiça ao saber que estes procedimentos, que podem ser vistos como violadores de corpos, são de fato realizados na atualidade nos instigou a buscar maior conhecimento a respeito dos indivíduos intersexo e suas vivências. Percebendo nosso interesse, o professor da disciplina nos convidou a participar como voluntários de um grupo de pesquisa com foco em um assunto que está diretamente ligado à nossa futura atuação médica, mas que ainda não havia sido abordado na academia: os direitos das pessoas intersexo.

Ao ingressar no grupo e refletir sobre o ensino médico, tivemos a nítida percepção de que muito se fala na área médica sobre o contexto biológico e genético de distúrbios de diferenciação sexual, entretanto ainda existe carência de discussões e questionamentos relacionados à não intervenção cirúrgica nos casos em que não há risco de vida aos envolvidos. Nesse contexto, nos fóruns e trabalhos da disciplina optativa de bioética foi perceptível que outros colegas (e mesmo nós) estavam cientes apenas da visão intervencionista, fortalecida por um contexto social binário. Um exemplo disso, foi a insistência de alguns colegas em usar palavras como feminino e masculino para se referir às crianças intersexo, expressando a extrema dificuldade destes futuros profissionais da saúde

em contestar o binarismo de gênero. Porém, essa dificuldade em lidar com questões que abalam nossa construção de mundo também foi sentida por nós. O acesso as bibliografias e discussões com a equipe multiprofissional de pesquisadores nos permitiram ampliar muitas perspectivas e desconstruir muitos paradigmas, algo que muitas vezes gerou mais dúvidas do que certezas. Afinal, a dificuldade de ser médico e ativista é algo sentido com pouca frequência e abordado no ensino médico com menos frequência ainda, mas se demonstra de grande importância, principalmente para garantia de direitos a grupos minoritários. Assim, com as experiências aqui relatadas, afirmamos que, assim como a medicina baseada em evidências é fundamental para a prática médica, o incentivo para que os profissionais da saúde tenham contato com discussões de cunho social também deveria ser.

### **Referencial Teórico**

A definição de intersexo é conceito-chave para a compreensão deste trabalho. A definição utilizada foi: “pessoas intersexo como as que têm características sexuais congênitas, não se enquadrando nas normas médicas e sociais para corpos femininos ou masculinos, e que criam riscos ou experiências de estigma, discriminação, ódio e danos.” (ABRAI). No artigo "O sexo dos anjos", Machado (2005) questiona a suposta naturalidade dicotômica do sexo e a patologização dos corpos intersexo, o que foi essencial para questionarmos a necessidade de definir o sexo dentro do sistema binário feminino-masculino, assim como compreendermos a natureza social e não exclusivamente biológica dessa definição. Além disso, a diferenciação de sexo, gênero e sexualidade proposta por Dorlin em seu livro “Sexo, gênero e sexualidades: Introdução à teoria feminista” (2021) nos possibilitou refletir a respeito dos diferentes planos que compõem o sujeito, perpassando desde aspectos biológicos do indivíduo até aqueles que são construídos socialmente. Por fim, a leitura de Machado, et al (2015), levou-nos a questionarmos a necessidade da realização de cirurgias que visem submeter os indivíduos intersexo ao conceito dicotômico do sexo, uma vez que a designação sexual precoce, como não conta com o consentimento do indivíduo e não leva em conta sua identidade de gênero, traz prejuízos para a vida do indivíduo, além disso temos o risco cirúrgico (iatrogênico) de realizar uma cirurgia que visa unicamente enquadrar o indivíduo no conceito dicotômico de sexo.

### **Resultados e Discussão**

A imersão na temática com profissionais de diversas áreas, que possuem diferentes pontos de vista, nos proporcionou um rico conhecimento e, acima de tudo, a construção do pensamento crítico baseado nos autores estudados e nas discussões posteriores às leituras dos textos.

Dentre as disciplinas ofertadas pelo currículo do curso de Medicina, a Bioética apresenta-se como uma das possibilidades de Optativas Obrigatórias, o que torna critério do acadêmico cursar ou não a cadeira. Além disso, a discussão sobre os direitos de pessoas intersexo foi introduzida por um professor estudioso do tema; portanto, de certa forma, nosso contato com o assunto aconteceu ao acaso, uma vez que não consta no currículo obrigatório a exigência de apresentar a temática aos médicos em formação. É importante ressaltar que nos momentos em que os docentes abordam tópicos interligados à intersexualidade, diversos termos usados são de uso defasado, além de transmitir uma visão patologizante aos alunos, o que torna o ensino defasado e pouco funcional para a prática médica. Nosso grupo de acadêmicos reúne estudantes de diferentes períodos do curso de Medicina, portanto as experiências e percepções de cada um difere-se em aspectos temporais e locais, mas é possível notar similaridades entre a abordagem realizada pelos docentes e a impossibilidade de um diálogo claro e atualizado sobre a temática.

A partir de pesquisas, leituras e discussões acerca da intersexualidade, começamos a questionar a abordagem da academia a respeito do tema e como essa conduta afetaria a formação dos profissionais de saúde. A exemplo deste impacto formativo, colegas da medicina demonstraram defender a intervenção cirúrgica precoce como justificativa frente a pressão social da sociedade. Tal concepção revela que determinados tipos de evidências e achados, tanto científicos quanto sociais, são pouco difundidos na academia médica, ao ponto de pautas tão relevantes serem desconhecidas por discentes e docentes do curso. Nós, a todo momento, estamos em contato com artigos que nos descrevem sintomas, diagnósticos e tratamentos inovadores sobre doenças e condições raríssimas encontradas do outro lado do planeta. No entanto, quando trata-se da realidade de pessoas que podem viver, ou nascer a qualquer instante, fora dos padrões exigidos pela sociedade, os muros da insipiência médica acerca do assunto são evidenciados e a comunidade acadêmica de medicina parece tentar se afastar de qualquer conhecimento como se, longe do campo de visão, as pautas levantadas por ativistas e entidades sociais deixassem de existir.

Segundo Cabral (2005), a prática de intervenções cirúrgicas precoces em crianças intersexo é altamente difundida na comunidade médica, todavia, também de acordo com o



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

ativista, as justificativas utilizadas são baseadas nas percepções heteronormativas da sociedade, sob as quais os médicos exercem a dita racionalidade biomédica. Dessa forma, ao questionarmos os professores com base nas concepções atualizadas referentes ao assunto, evidenciamos esse entrave, pois houve a percepção de extremo desconforto e desconhecimento por discussões que questionam a motivação em se fazer intervenções cirúrgicas em crianças intersexo, vindas de um corpo docente constituído em suma por médicos experientes que exercem a profissão.

### Considerações Finais

A partir desse contato com a temática, e das discussões e reflexões possibilitadas pela heterogeneidade do nosso grupo de pesquisa, que inclui estudantes de medicina em diferentes etapas da formação e orientadores das mais diversas áreas, desde linguistas até ativistas, ficou clara a lacuna que há na formação médica. Percebemos que mesmo que nós tenhamos tido tais experiências enriquecedoras, outros estudantes terão acesso somente a explicações do ponto de vista biomédico, como questões genéticas e hormonais envolvidas com a intersexualidade, pois temas como gênero e sexualidade não fazem parte da matriz curricular obrigatória do curso de medicina. Tal lacuna impede o debate sobre procedimentos cirúrgicos desnecessários que podem deixar profundas cicatrizes, tanto físicas quanto psicológicas, e interferir na qualidade de vida das pessoas intersexo. Por isso, reafirmamos a importância de repensar ideias e questionar o que nos é informado como uma verdade absoluta.

Atualmente, muito se tem debatido sobre a inclusão de práticas que facilitem a discussão de temas como gênero e sexualidade no ambiente acadêmico e em como tais discussões podem afetar a qualidade do atendimento ao paciente quando falamos na área de ciências da saúde. Nossa experiência estudando, lendo e principalmente aprendendo sobre a intersexualidade ampliou nossa visão a respeito da temática, uma vez que a partir de nossas vivências percebemos a repercussão física, social e emocional de uma intervenção cirúrgica imposta. Temos a percepção de que o papel de um médico, mais do que tratar uma enfermidade deve ser o de um profissional aberto a discussões críticas que possam influenciar um possível diagnóstico ou até mesmo uma intervenção cirúrgica. Além disso, passamos a considerar de extrema importância abordar temas como este de forma interdisciplinar durante a formação em saúde, pois ignorar as diferentes vivências e autonomia de escolha das pessoas são abordagens que não devem ter lugar no sistema de ensino.

## Referências

1. ABRAI. Associação brasileira de intersexos. O que é ser Intersexo. disponível em <https://abrai.org.br/informacoes-e-recursos/definicao-de-intersexo/> Acesso em 31/07/2022
2. BENZUR, Gabriel; Cabral, Mauro. Cuando digo Intersex. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a13.pdf>. Acesso em 31/07/2022
3. DORLIN, Elsa. Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista. 2021. Ubu Editora. São Paulo - SP.
4. FREITAS, Janaina; MACHADO, Paula Sandrine. [Rastreamento de corpos, produzindo sexos: a inserção da hiperplasia adrenal congênita no Teste do Pezinho](#). Revista Mediações (UEL), v. 20, p. 130-150, 2015.
5. MACHADO, Paula Sandrine O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. Cadernos Pagu [online]. 2005, n. 24 [Acessado 1 Julho 2022] , pp. 249-281. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100012>>. Epub 13 Out 2005. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100012>.
6. MACHADO, Paula Sandrine; COSTA, Angelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano; FONTANARI, Anna Martha Vaitses; ARAUJO, Igor Rabuske; KNAUTH, Daniela Riva. Follow-up of psychological outcomes of interventions in patients diagnosed with disorders of sexual development: A systematic review. Journal of Health Psychology, 2015.
7. Resolução CFM Nº 1.664/2003, D.O.U. 13 Maio 2003, Seção I, pg. 101.